



Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1990

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Arialba Freire, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Quielse Crisóstomo e Raul Lopes (06). Em licença o Senhor Deputado Eduardo Baggio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência ao Projeto de Lei nº 13/90, que declara de utilidade pública a Fundação Maxinvest.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao seguinte Projeto de Lei:

Projeto de Lei nº 94/90 - de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Nova Santa Bárbara.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO Nº 218

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao seguinte Projeto de Lei:

Projeto de Lei nº 93/90 - de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Cruzeiro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO Nº 219

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao seguinte Projeto de Lei:

Projeto de Lei nº 92/90 - de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Boa Esperança do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO Nº 230

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 143/87, que propõe a criação do município de Carambei.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação do Projeto de Lei n° 10/90, item 3, da pauta da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n° 403/89.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 215

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do seguinte Projeto de Resolução:

Projeto de Resolução n° 73/89 - de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Boa Esperança do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 216

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do seguinte Projeto de Resolução:

Projeto de Resolução n° 72/89 - de autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Cruzeiro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Governador do Estado de Santa Catarina, PEDRO IVO CAMPOS, ocorrido dia 27 de fevereiro do corrente ano em Florianópolis.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 27 de fevereiro último, faleceu em Florianópolis, o Senhor PEDRO IVO CAMPOS, Governador do Estado de Santa Catarina.

O extinto deixa viúva Dona Mariza e quatro filhas.

Pedro Ivo Campos, foi Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito Municipal de Joinville e Governador do Estado de Santa Catarina.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo PEDRO IVO.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado tem o dever de associar-se à dor que abalou a família CAMPOS, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Cel. GERSON DE SÁ TAVARES, ocorrido nesta Capital dia 28.02.90.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 28 de fevereiro faleceu, nesta Capital, o Cel. GERSON DE SÁ TAVARES, que deixou viúva Dona Maria Elizabeth, 2 filhos e 4 netos.

O extinto foi por longos anos comandante do 5° Batalhão de Engenharia e Com-

bate de PORTO UNIÃO.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo GERSON.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família SÁ TAVARES, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, encaminhar ao Senhor Procurador Geral do Estado, apelo no sentido de que aquela Procuradoria proceda reexame da situação legal no lançamento da I.P.T.U. em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja enviado ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para o asfaltamento do trecho que compreende o perímetro urbano de Bragápolis, do Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Grandes são os benefícios levados às comunidades com a concretização do asfaltamento em suas vias públicas e de acesso.

Encurtando distâncias, aumentando a segurança do transporte, oferecendo conforto às pessoas e conseqüentemente gerando o progresso em todas as suas matizes.

Ciente da relevância desta proposição e da constante preocupação por parte desta Secretaria em promover tais benefícios às cidades interioranas, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

REQUERIMENTO N° 224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando que seja destinado um ônibus para prestar atendimento no transporte escolar no município de Janiópolis.

polis.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação reveste-se da maior importância, haja vista que a facilitação do acesso ao ensino em seus diversos níveis, constitui-se numa grande preocupação por parte do Estado.

O Município em questão, não dispõe de um atendimento eficaz no tocante ao transporte escolar, face a ausência de um meio de locomoção, portanto, gratos pela atenção que puderam dispensar ao nosso pedido e certo do total empenho por parte desta pasta, ficaremos no aguardo de um breve posicionamento.

REQUERIMENTO N° 225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando um veículo ambulância, para prestar atendimento no Distrito de Bredópolis, no município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação, partindo do seio da comunidade interessada, reveste-se da maior importância, haja vista ser a expressão da real necessidade sentida pelos requerentes.

O atendimento básico e essencial à saúde, bem como o transporte social sempre foram prioridades desta Secretaria e face ao exposto, solicitamos especial atenção ao nosso pedido.

REQUERIMENTO N° 226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para o asfaltamento do trecho compreendido entre o município de Janiópolis, passando pelo Distrito de Arapuã até o município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Grandes são os benefícios levados às comunidades com a concretização do asfaltamento em suas vias públicas e de acesso.

Encurtando distâncias, aumentando a segurança do transporte, oferecendo conforto às pessoas e conseqüentemente gerando o progresso em todas as suas matizes.

Ciente da relevância desta proposição e da constante preocupação por parte desta

Secretaria em promover tais benefícios às cidades interioranas, ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

REQUERIMENTO N° 210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, Jader Barbalho, e ao Senhor Presidente Nacional do INAMPS, José Ribamar Pinto Ferrão, formulando apelo no sentido de que sejam corrigidos e readequados os valores e os prazos de pagamentos aos hospitais universitários signatários do Convênio MEC-MPAS, dada a crítica situação por que passam essas instituições, notadamente o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A gravíssima situação enfrentada pelos hospitais universitários que mantêm convênios com o MEC-MPAS, merece solução urgente, pois não só a saúde dessas instituições mostra-se comprometida, como, em breve, passará a se comprometer também a saúde de uma gigantesca clientela em todo o Estado do Paraná.

O Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, por exemplo, é o Hospital de referência de todo o Sistema de Saúde do Estado. Ele não apenas desenvolve atendimento de grande número de doentes (50.000 consultas/mês, 1500 internações/mês, 300 partos/mês, 100.000 exames/mês), como atende os casos dos mais carentes, bem como os mais complexos (transplantes), que para lá são encaminhados de todo o Paraná.

Além disso, o HC é formador de recursos humanos para a área de saúde, sobressaindo-se em qualidade e quantidade, e desenvolve investigação e pesquisa.

Ressalte-se, mais, que, embora hospital do MEC, provê todo seu custeio operacional, a partir de sua própria receita, obtida como contrapartida dos serviços que presta ao SUDS (MPAS/INAMPS). Responde o MEC apenas pelos salários dos professores e parte de seus funcionários.

Por outro lado, os reajustes das tabelas do convênio MEC/MPAS, principal fonte de custeio do Hospital de Clínicas, estão permanentemente defasados dos índices inflacionários, particularmente no último semestre, e os respectivos pagamentos são completados sempre dois meses após o serviço prestado, o que, nas circunstâncias atuais, nem sequer possibilita a reposição dos estoques dos insumos necessários ao atendimento (remédios, alimentos, roupa

hospitalar, materiais diversos).

Exatamente por isso é que se faz necessário e urgente corrigir e readequar os valores e os prazos de pagamento não só ao Hospital de Clínicas, mas a todos os demais, em idênticas condições de penúria e enfrentando iguais dificuldades.

Daí, o apelo que, com o presente requerimento se deseja fazer às autoridades federais responsáveis, no sentido de que se sensibilizem diante do problema, a fim de evitar o total comprometimento da saúde operacional dessas instituições hospitalares e, por via de consequência, a absoluta impossibilidade delas continuarem prestando o serviço que prestam a milhares de pessoas em todo o Estado, quase sem exceção inteiramente carentes.

REQUERIMENTO N° 228

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à TELEPAR, solicitando a manutenção do telefone público instalado junto à Mercearia Dona Mana, no Bairro Rebouças, nesta Capital, no cruzamento das ruas Imaculada Conceição e Almirante Gonçalves.

A telefone público instalado no local acima citado, permaneceu lá por longos anos até que, inexplicavelmente, foi retirado pela TELEPAR, ocasionando inúmeros transtornos à população local usuária do aparelho.

Tais dificuldades poderão ser aquilataadas através da análise do abaixo-assinado anexo, subscrito pelos moradores locais, todos indignados com a retirada do aparelho.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 214

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria de Estado da Administração, solicitando informações a respeito do protocolizado sob n° 720.609/7, no Departamento de Recursos Humanos, no qual é requerente a Sra. Geraldina Alves Passos Tei.

Tal requerimento trata de uma solicitação de isonomia de requerente que vem encontrando inúmeros óbices quando da busca de informações sobre o andamento do processo.

Isso acarreta, invariavelmente, um atraso na concessão de benefícios, inegavelmente, a requerente tem direito.

Diante disso, confiamos nos procedi-

mentos e determinações do Senhor Secretário, ao Departamento de Recursos Humanos, quanto ao trâmite do processo sob protocolo acima citado.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 227

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria de Estado da Educação, solicitando informações a respeito dos protocolizados sob n.ºs. 707.132/89 e 707.131/89, em que são requerentes, Natália Nico e Alciê Tedeschi, servidores estaduais da Secretaria da Educação, lotados no Colégio Estadual Rio Branco, nesta Capital.

Tais processos tratam de elevação de nível e pagamento de promoções ao pessoal administrativo da Secretaria de Estado da Educação.

A morosidade no trâmite do processo vem ocasionando prejuízos aos requerentes que são merecedores do benefício requerido que, inexplicavelmente, ainda não foi concedido.

Pela necessidade de permanência integral no estabelecimento em que prestam serviços (08:00h/diárias), esbarram, os requerentes, em inúmeras dificuldades, sempre que têm de procurar a Secretaria para obter informações quanto ao trâmite - moroso - do processo.

Diante disso, confiamos nos procedimentos e determinações da Secretária, ao departamento competente, quanto ao andamento dos protocolos acima citados.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

Comissões,

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 005/90

RESOLVE:

O Art. 2° da Resolução n° 27/89, de 10 de julho de 1989, do Poder Legislativo, passa a vigorar na seguinte redação:

Art. 2° - Aos ocupantes de cargos de Consultor Técnico às comissões, Consultor Legislativo, Jornalista, Redator, Médico, Dentista, Secretário de Comissão e Taquígrafo do Quadro de Pessoal efetivo da Secretaria deste Poder, fica concedida e percepção de verba de representação na base de 80% (oitenta por cento), sobre o vencimento básico.

Art. 3° - ...

Art. 4° - ...

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

A resolução aludida (27/89), originária de projeto do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, teve por objetivo corrigir distorções e regulamentar, neste Poder, a percepção de verba de representação dos cargos do Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria da Assembléia Legislativa. Por um lapso, deixou de constar dentre os beneficiados pela Resolução os ocupantes do cargo de taquígrafo.

Esse lapso proporcionou uma injustiça a tais servidores que, conforme a Lei n° 7884, de 06 de agosto de 1984 (anexo), estão relacionados no ANEXO I (art.16) da Lei n° 7.784, de 14 de dezembro de 1983, justamente onde todos os beneficiados pela Resolução n° 27/89 estão situados.

A despeito disto, há o aspecto meritório da medida, que vai ao alcance dos taquígrafos legislativos, concorrendo em pé de igualdade de importância e indispensabilidade na consecução das atividades legislativas.

É o apanhado taquígráfico o registro documental, histórico, recheado de lisura e eficiência, o produto do trabalho desses extraordinários servidores legislativos que não podem, jamais, perecer por uma injustiça, ainda que decorrente de um lapso.

É a justificativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 069/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - As despesas com ensino no 1° e 2° graus, junto às instituições privadas de ensino, para alunos que não conseguiram matricular-se na rede pública de ensino do Estado, serão custeados pelo Poder Executivo.

Art. 2° - O Poder Executivo disporá do prazo de 90 (noventa) dias para a regulamentação da presente lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI:

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto é de grande alcance social, pois visa atender um grande contingente de crianças que hoje ficam sem frequentar as escolas públicas por falta de vagas na fase mais importante de suas vidas. Tendo em vista que a educação é a prioridade de todos os governos democráticos, e que deve ser a bandeira de todos aqueles que representam o povo, nada mais justo que facilitar a elas o que já é de direito, uma vez que, existe hoje, milhares de crianças pobres, sem estudar por falta de escolas e de condições financeiras.

PROJETO DE LEI N° 097/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O Estado assegurará 50% das vagas nas faculdades e universidades públicas, a vestibulandos aprovados, mas que tenham cursado integralmente o 2° grau nas escolas públicas.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

É injusta a concorrência dos vestibulares entre os estudantes-trabalhadores de baixa renda e que não podem pagar cursinhos e seus pares, de renda familiar alta, com total disponibilidade para estudar e freqüentar os mais sofisticados e modernos cursos preparatórios.

O atual sistema de preenchimento de vagas nas faculdades e universidades públicas, vai progressivamente eliminando os estudantes pobres num processo de total desigualdade entre os jovens.

Salvo raras exceções, estas instituições, hoje converteram-se em reduto das elites, e a aprovação do presente projeto de lei, fortalece e democratiza o ensino público.

PROJETO DE LEI N° 098/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedida uma pensão mensal no valor de 2 (dois) salários-mínimos, à senhora VITÓRIA SANTORO URBANO, viúva de João Urbano, ex-Prefeito do município de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta Lei, deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito financeiros a partir de 23/12/1989.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) FERRARI JÚNIOR:

Apoio: Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A senhora VITÓRIA SANTORO URBANO, ex-primeira dama do município de Nova Esperança, além da dor pela perda do amigo, companheiro e esposo João Urbano que, acometido de câncer deixou a vida terrena na data de 23/12/1989, passa por sérias dificuldades financeiras.

Todos os gastos não foram suficientes

para vencer a doença. Nada mais justo, porém, esta pequena mas importante ajuda financeira, haja vista que a perda é irreparável.

A senhora Vitória Urbano, possui uma vasta folha de serviços prestados à causa pública, pois, sempre labutou na área social ajudando e auxiliando seu esposo.

Nestes momentos de tristeza e de angústia, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, associa-se à viúva e a seus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1° orador inscrito Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recebemos pela manhã uma comissão de pessoas, de jovens que trabalham no Programa Paraná Rural e eles nos entregaram uma carta que fazemos questão de registrar da Tribuna desta Assembléia para que fique registrado nos Anais da história do Paraná.

(LÊ)

Carta Aberta à população paranaense - O Paraná Rural está morrendo. Quem paga a conta? Desde o início do atual Governo o Paraná Rural foi divulgado junto a população paranaense, e até em rede nacional, como o carro-chefe da atuação estadual no setor agrícola.

Elaborado graças à competência técnica adquirida e acumulada durante longos anos por pesquisadores, extensionistas e demais funcionários da SEAB, foi considerado pelo BIRD (Banco Mundial) como um modelo de projeto na área de manejo do solo, preservação do meio ambiente e desenvolvimento rural integrado.

Hoje esse projeto tão alardeado junto às prefeituras e às sociedades paranaense e nacional, através de caríssimas campanhas promocionais nos jornais e televisões do Paraná, está seriamente comprometido por decisão inexplicável do Governo Estadual.

QUASE MIL DEMITIDOS

Paixa sobre os funcionários contratados para a execução do Projeto, a perspectiva de demissão sumária, meses depois de deixarem seus empregos, acreditando que o Governo paranaense era sério e honesto. Para justificar essa atitude o Governo alega que essas contratações são apenas temporárias. Ora, se o programa tem a duração de nove anos, como poderiam as pessoas encarregadas pela sua execução serem contratadas apenas temporariamente?

O pessoal da EMATER/PR e do IAPAR, foram enganados através de editais de concursos divulgados pela imprensa em meados de 1989 e, após se submeterem a provas e

entrevistas, demonstraram sua competência para participarem do projeto. A cláusula da temporariedade segundo as Empresas, era então apenas um documento "pró-forma" e sem efeito prático, dado a duração do programa.

UMA FARSA

O Governo recontratou somente parte dos funcionários até metade deste ano, acenando com um novo concurso. Esse recuo se deve em parte, ao fato das demissões serem ilegais até 15/3 frente a lei eleitoral em vigor. Quanto ao concurso, por que os funcionários deveriam fazer novo concurso, se esses já realizaram processos seletivos legítimos e honestos? A prorrogação dos contratos com a possibilidade de um novo concurso, só adia o problema, e talvez engane o banco e a sociedade por mais alguns dias, mas não repõe a credibilidade do programa.

Fica nesse lamentável episódio a questão: quem paga a conta dessa decisão incompetente?

Os bancos internacionais como o BIRD e o BID, dificilmente voltarão a negociar com o Paraná, independentemente do Governo que estiver de plantão no momento. O Governo Dias "fingiu" que contratava uma equipe para atuar no projeto, o BIRD pagou metade dos salários desta equipe durante estes meses, tempo utilizado principalmente para treinar os técnicos e demais funcionários e, quando os mesmos deveriam iniciar realmente suas atividades, já treinados, o Governo os demite.

A Sociedade pagará a conta diretamente através do dinheiro jogado fora na brincadeira de enganar o Banco, contratando e depois demitindo, e sem receber em troca nível compatível de serviços. Paga a conta da propaganda que o Governo vinha fazendo e vai ter que intensificar para "provar", para a sociedade e para Banco, que o Paraná Rural continua funcionando...

Por fim, fica o alerta: mesmo que o povo como um todo não consiga, hoje, visualizar o crime que está sendo cometido, em função da torrente de propaganda utilizada para enganá-lo, a história e o futuro cobrarão deles essa malversação do patrimônio público.

PELA RECONTRATAÇÃO DOS DEMITIDOS!

QUEREMOS EFETIVAÇÃO!

Foi feita uma Assembléia hoje às 8:30 da manhã no auditório da Câmara Municipal de Curitiba e esses funcionários estão mobilizados. E gostaríamos de reiterar, Srs. Deputados, apenas para complementar que se a história julgar esse Governo que aí está, um bom Governo para o paranaenses, evidentemente que esses funcionários, do IAPAR, funcionários da EMATER, funcionários públicos, professores da rede estadual de ensino, fatalmente serão esquecidos, por-

que ficará na lembrança sim, principalmente nas manchetes e na história o bom Governo, apenas o nome do Governador. Até o Vice será esquecido. Mas nós precisamos lembrar, mais uma vez, que o sustentáculo de qualquer administração municipal, estadual ou federal, está a cargo do funcionário público porque ele que atende bem a população do Município, do Estado e do País.

Por isso pedimos, Sr. Presidente, e exigimos que esse pessoal que está aí, praticamente com aviso prévio decretado, que esta gente seja ouvida pelo Governo do Estado. Governador que eu também ajudei a eleger, porque para nós representava o novo para o Paraná, mas infelizmente apenas o novo discurso com as velhas práticas, com o que o PMDB sempre repudiou e hoje com os comandos políticos e indicações de Deputados, infelizmente no nosso Estado.

Para encerrar. Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que chame a este parlamento o Secretário da Agricultura para que tenhamos um esclarecimento com relação ao teste seletivo, ao concurso público e a efetivação desses funcionários laboriosos que trabalham para o Paraná, para o seu futuro de tudo por um programa que foi colocado como o item principal do Governo Álvaro Dias que é o Paraná Rural.

Era isto.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para dizer que foi com grande satisfação que recebemos a notícia da reabertura do BRDE. Nós que acompanhamos a luta desta instituição desde a reunião realizada pela UPI em Florianópolis, ocasião em que pudemos atestar o entusiasmo do mundo político da Região, em torno da questão envolvendo o banco. Lado a lado, funcionários do BRDE, empresários e Deputados estaduais dos três Estados e esta Assembléia, entendida por nós mais os Deputados José Rogério, David Cheriegate, Gernote Kirinus, cerramos fileiras até que finalmente há poucos dias o Presidente Sarney, redimindo-se do erro cometido há doze meses atrás, determinou ao Ministro Mailson da Nóbrega, a reabertura do banco.

Não obstante, aquelas forças que influíram para que o BRDE fosse liquidado, mostraram o seu desagrado através de artigos publicados em jornais do centro do País. Não nos causa surpresa tais manifestações que procuram provocar dúvida junto a opinião pública desavisada, lançando mão de questionamentos, hoje tão em voga, como

privatização de empresas, etc... É preciso que a nossa sociedade saiba perceber as empresas de Estado que prestam reais serviços à comunidade e as que se mantêm em função de interesses corporativistas. No caso do BRDE, cuja função é investir no desenvolvimento, tal ação pressupõe risco, sendo este um dos escopos de um banco de fomento. Podemos entender que não é esta a vocação de um banco privado, pois seu objetivo é o lucro imediato, condições para satisfazer seus acionistas. Obviamente. Não pode se justificar que um banco de desenvolvimento dê prejuízo, porém não deve em princípio ter o lucro como finalidade operacional.

Afirmou-se, também, que a liquidação do BRDE determinou um ônus para a sociedade brasileira. Precisa-se, a bem da verdade, que fique bem claro que os US\$630 milhões assumidos pelo Banco Central quando da liquidação do BRDE, foram produto de financiamento realizado, especialmente pelos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em governos anteriores aos atuais e aplicados, aqueles recursos, junto a companhias estatais.

Deve-se reiterar no momento que os governos estaduais ao assumirem o compromisso de pagamento da dívida junto ao Banco Central estão, efetivamente, devolvendo aquilo que emprestaram no passado. Desta forma, o Banco Central volta a recompor seu caixa, não havendo qualquer prejuízo para as partes envolvidas.

Estas explicações tornam-se necessárias para que não paire qualquer dúvida quanto aos questionamentos feitos em relação ao banco. Se prejuízos houveram contra a sociedade, foram pela ausência do BRDE durante doze meses, sem poder cumprir seus objetivos. Efetivamente são irrecuperáveis, porém todos nós acreditamos que ao retornar o BRDE às suas atividades, procurará de forma eficiente cumprir sua missão desenvolvimentista, carreando à Região e, especialmente ao Paraná, os recursos necessários ao seu progresso sócio-econômico.

Por isto faço questão neste momento de fazer este registro aqui e dizer da satisfação que tivemos, como Parlamentar desta Casa, de participar desta Comissão, que teve também a presença dos Deputados Orlando Pessuti, José Rogério, David Chierigate e Gernote Kirinus. Fomos à Florianópolis participar de uma luta que, graças a Deus, foi coroada de pleno êxito.

Posto isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi louvável a manifestação do Deputado Lindolfo Júnior em querer inserir nos anais da Assembléia Legislativa a Carta Aberta à População do Paraná, abordando o problema do Paraná-Rural.

Só queria citar que este assunto já

abordamos aqui. Já faz parte dos anais da Assembléia, através de um requerimento de nossa autoria, após recebermos também em nosso gabinete a carta dos funcionários do Paraná-Rural que nós já inserimos nos anais da Casa e inclusive um requerimento formulado ao Procurador Geral da Justiça, para que faça uma análise jurídica da situação dos funcionários. Porque, ao que entendemos, estas contratações foram procedidas da forma mais lícita possível, seja através de editais de concursos, divulgados pela imprensa do Estado, endereçados a pesquisadores, extensionistas e demais técnicos da área da agricultura que, após a realização das provas e entrevistas, demonstraram sua competência para participar do Projeto.

Deixaram, portanto, suas antigas colocações profissionais para dedicação exclusiva ao programa PARANÁ-RURAL da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e hoje, na expectativa da perda da colocação em que se encontram, vivem em clima de intensa intranquilidade.

O governo acena com uma reversão parcial das demissões, recontratando parte dos funcionários, supostamente até o próximo mês de março, até ao final deste mês. Esse aparente recurso se deve, principalmente, ao fato de as demissões serem ilegais frente à Lei eleitoral que impede dispensas e demissões até a posse do novo Presidente. E este fato, no entanto, só vai adiar o problema e, talvez, enganar o Banco (BIRD) por mais alguns dias, já que a perda de credibilidade permanece a mesma.

O Projeto em alusão é financiado pelo BIRD e BID, que pagaram a metade dos salários da equipe de profissionais contratados durante seis meses, tempo utilizado principalmente para treinar os técnicos e demais funcionários, e, quando os mesmos deveriam iniciar realmente suas atividades, já treinados, o Governo os demite. Dessa forma, todo o dinheiro do Estado e do Banco - utilizado no pagamento dos salários - foi inútil.

Por isso nós já nos manifestamos, já enviamos requerimento e pedimos que os demais Parlamentares, em especial os da Bancada do Partido governista, acenem ao governador uma imediata solução para os problemas dos funcionários do PARANÁ-RURAL.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Orlando Pessuti com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de esclarecer ao Plenário e a todos aqueles que aqui estão que, na

condição de Parlamentar Estadual, membro do Bloco Agropecuário, temos procurado no dia a dia defender os interesses da agropecuária em todos os assuntos a ela relacionados. E, nesse sentido em momento algum deixaríamos nós, oriundos que somos de uma região de pequena propriedade rural, onde se procura desenvolver um amplo e bom programa voltado para o aproveitamento dos recursos naturais da nossa região, onde se busca com o apoio dos técnicos ali instalados melhorar o nível de produtividade, não poderíamos em momento algum nos omitir quando se está em discussão assuntos relacionados ao PARANÁ-RURAL.

E quero dizer aos Srs. Parlamentares que em todas as ocasiões em que temos a oportunidade de falar de sua Excelência o Governador Álvaro Dias, com o Secretário Osmar Dias, ou com qualquer pessoa ligada ao setor agrícola deste Estado, temos levado a nossa preocupação com referência aos problemas hoje existentes dos técnicos contratados do PARANÁ-RURAL como também a nossa preocupação pelo andamento do programa. Esperamos que retome o seu ritmo normal e possa caminhar dentro daquilo que se previa anteriormente e que os técnicos possam ter a tranqüilidade e certeza de que continuarão trabalhando sem nenhum prejuízo dos seus interesses e muito mais dos interesses do Estado e do interesse do programa ao qual ele pertence. Portanto, tenho a certeza que em todos os momentos já estivemos juntos na defesa do Paraná rural e do seu corpo técnico e daqui para frente, nós continuaremos.

Mas, viemos a Tribuna hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para registrar, igualmente o fez o Deputado Algaci Túlio, um fato que não poderíamos deixar passar despercebido, ou seja, a autorização pelo Presidente Sarney do levantamento da liquidação do BRDE. A notícia foi anunciada através do Governador Álvaro Dias, fato que resgata uma das grandes injustiças contra a economia da Região Sul e particularmente do Paraná, quando milhões de cruzados deixaram de ser canalizados ao Estado pela falta de sensibilidade dos tecnocratas de Brasília.

Felizmente, por obra dos empresários, funcionários do Banco e, ressalte-se da participação desta Casa, através de um grupo de Deputados engajados na luta pela preservação do Banco, vemos todos coroados de sucesso nosso desiderato. É importante enfatizar, Sr. Presidente, a atuação da UPI, que de forma efetiva, através da Seccional Sul, esteve sempre presente neste caso.

É em ocasiões como esta que o Legislativo precisa estar presente e manifestar-se participando, propondo e acompanhando fatos que atingem a sociedade ou segmentos

dela. Neste caso, foi importante nossa participação que culminou no final do ano passado em ato público nesta Assembléia, quando ficou clara a todos a importância de um banco de fomento como o BRDE.

Nos próximos dias, deverá o Banco Central efetivar o levantamento da liquidação, tão logo os governos dos Estados cumpram os quesitos estabelecidos no voto do Conselho Monetário Nacional e assumam a sua dívida junto ao Banco Central. Nos próximos dois anos, o BRDE passará por um regime especial de administração, quando os Estados, em conjunto com o Banco Central, definirão o futuro do Banco.

Deve, porém, o ocorrido com o BRDE, Sr. Presidente, servir de exemplo a todos nós, para que fiquemos atentos às crises que afetam nossas instituições públicas e não sejamos pegos de surpresa e sem alternativas para possíveis situações críticas.

Concluindo, Sr. Presidente, é nossa expectativa que o CODESUL como órgão político que congrega os três Estados Sulinos possa exercer de forma eficaz, doravante sua missão, como instrumento de união e venha promover uma integração saudável para que possamos juntos enfrentar os desafios e expectativas da nova década.

Vamos ficar atentos sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que o BRDE possa ressurgir como grande Banco de fomento da Região Sul, para que esta região não fique menor, em relação aos benefícios, que outras regiões detém, quando se cria o Banco do Centro Oeste, quando se mantém o Basa, quando se mantém o Banco do Nordeste brasileiro.

Nós precisávamos ter o nosso Banco regional reativado e ele o foi, fiquemos atentos para que ele prospere, fiquemos atentos também, para que o Paraná Rural não venha a sofrer as crises que sofreu o BRDE, para que o Paraná Rural possa avançar e o seu corpo técnico possa prosperar naquilo que é de maior interesse talvez hoje, do povo Paranaense, que é a manutenção das suas riquezas naturais, que não é para hoje, mas é para o futuro.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a Palavra o nobre e ilustre conspícuo Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados; fui convidado pelo Deputado José Rogério para acompanhá-lo e acompanhar também Algaci Túlio a Florianópolis. Não tive condições, dado o meu programa de televisão. Mas, fiquei na televisão noticiando e acompanhando aquilo que dizia o Deputado Algaci Túlio neste Parlamento, e que também dizia o Deputado José Rogério. (L2)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O BRDE voltou a ser uma realidade atuante. Depois de quase um ano, ele volta legalmente a desempenhar o papel que lhe é pertinente.

Decretada a liquidação extrajudicial em março de 1989, começamos a nos questionar. Afinal que Banco é esse? O que faz? É possível um Banco Estatal apresentar um prejuízo tão grande de mais de \$ 500 milhões de dólares e deixar a conta para a sociedade pagar? Então o BRDE devia ser realmente extinto para que o prejuízo não fosse aumentar e para que a ineficiência não continuasse a produzir resultados negativos não só no Estado do Paraná. Estava certo o Banco Central e tinha o nosso apoio.

Esta era a imagem Senhores Deputados que nos chegava através das notícias daquele momento. Aos poucos, porém, outras informações nos foram chegando, dando conta de que a verdadeira imagem não era aquela até então divulgada pela imprensa nacional. A verdadeira versão dos fatos veio à tona, ou seja:

- Que o BRDE veio executando sua tarefa com dinamismo, eficiência e o principal: sem alardes e com muita discrição.

- Que, durante esses 27 anos, milhares de empresas surgiram e se fortaleceram com o BRDE, criando empregos e gerando riquezas. E cabe aqui Senhores deste Parlamento um destaque especial ao setor cooperativista do Estado Paranaense. Quem acreditou nas cooperativas, quando elas ainda eram apenas uma promessa? Quem acreditou? Nem eu acreditava! Mas o BRDE não só acreditou nelas mas criou-as e investiu maciçamente, dando-lhes condições de se tornarem o que são hoje; um cooperativismo forte e voltado para a agricultura do Estado do Paraná e agricultura também da Nação Brasileira;

- Que, há alguns anos, os Governos estaduais, os donos do Banco, desvirtuaram-lhe a função, levando-o a captar recursos no mercado financeiro para prover dinheiro para obras do Estado e até atender dificuldades de caixa, decorrentes da falência dos estados em consequência de uma política fiscal centralizadora e perniciosa;

- Que, na hora de pagar a conta, os governos estaduais não o fizeram por falta de recursos, deixando o BRDE com sérias dificuldades de rolar suas dívidas;

Ficamos sabendo ainda:

- Que o BRDE não apresenta o prejuízo alardeado: os mais de \$ 500 milhões de dólares são, na verdade, a dívida dos estados para o Banco, dívida esta contraída em grande parte para executar obras sociais;

- Quando o Banco Central decidiu pela liquidação extrajudicial, ele mesmo efetuou o resgate dos títulos do BRDE no mercado financeiro, deixando nosso Banco Re-

gional novamente em condições de operar;

- Que, apesar dessas condições favoráveis, muitas forças contrárias opuseram-se à reabertura do Banco e dificultaram todo o processo que dura já quase um ano.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse Banco ficou tanto tempo parado, com um técnico altamente qualificado e experiente sem poder apresentar serviços. Enquanto outras regiões reestruturaram suas instituições de fomento, nós, na Região Sul, ficamos trabalhando para nos desfazer da nossa. Lamentável contrasenso!

Foi pensando nisto tudo, nesta realidade absurda que nós, os parlamentares paranaenses, tomamos consciência de que devíamos fazer alguma coisa. Não podíamos nos omitir. Essa omissão nos seria cobrada não só pela sociedade que nos elegeu, mas pela nossa própria consciência. Era preciso defender essa instituição, não só pelo Paraná, mas pela Região Sul.

Está na hora de pôr um fim numa política regional torta de tantos anos, em que os que produzem são penalizados. É preciso que as nossas riquezas aqui sejam aplicadas e aqui gerem benefícios não fora do Paraná. Para isso, precisamos de um Banco Regional forte, competente e que não seja usado para atender interesses individuais. Pois o BRDE já mostrou, em 27 anos, que pode desempenhar esse papel. O que aconteceu foi um acidente. Colocado novamente como fez o Presidente da República em seu verdadeiro lugar, esse Banco poderá, sem dúvida, promover o desenvolvimento da nossa Região Sul. Por isso, nós vamos lutar por ele. Não vamos nos calar e não vamos deixar que nos aprontem novamente deixando o BRDE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados do Governo.

Estão nesta Casa 261 funcionários da EMATER que prestaram concurso público para veterinário, agrônomos, zootecnistas e técnicos, em maio de 1989. Estão trabalhando no Paraná Rural, quer dizer, começaram a ser treinados para trabalhar no Paraná Rural no período entre julho de 89 e dezembro deste mesmo ano. Foram treinados com gastos públicos; foram treinados com dinheiro autorizado por esta Assembleia através de empréstimo feito em organismo financeiro internacional, por nove anos se não me engano, fomos nós todos que votamos autorização dessa vultosa verba do Paraná Rural, para, por nove anos, darem assistência e acompanhamento ao desenvolvimento das microbacias dos pequenos e médios agricultores deste Estado. De repen-

te, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esses 261 funcionários estão ameaçados de demissão. Parece que foi feito um contrato temporário de prestação de serviço, que seria automaticamente renovável. Estará o Governo Álvaro Dias entrando na onda dos países europeus de enxugar a máquina administrativa? Mas será que o enxugamento dos gastos deve ser feito exatamente na base da pirâmide social, aonde o trabalho de assistência e de amparo e de multiplicação de conhecimentos ajuda os pequenos e os médios agricultores a tornarem o País melhor? Estará o Governo agindo certo? Neste sentido, eu indago do senhor Líder do Governo em exercício, indago do príncipe que está em palácio, indago do senhor seu irmão, que é Secretário de Estado de Agricultura, por que tendo esta Assembléia votado amplos e fartos recursos para a construção do Paraná Rural, agora se faz essa demissão em massa? Um golpe de mídia, alguma antecipação no figurino mais esbelto, que vai tentar fazer certamente o Governo do senhor Collor de Mello, ou o momento de alguma propaganda pré-eleitoral que estariam os laboratórios palacianos fabricando, destas que o Paraná já se farta de ver, algumas absolutamente ridículas; aliás, há um laboratório que aparece como obra do Governo do Estado, que está em fase de terraplenagem, as cenas do laboratório ficam por conta do futuro, é ficção científica; há também como obra do Governo do Estado a filmagem mostrada na televisão do Hospital do Alto da Rua XV, do isolamento do Estado, construído ao tempo do Doutor Caetano Munhoz da Rocha, que vem a ser o pai do Governador Bento Munhoz da Rocha, que vem a ser o patrono do nosso Teatro Guaíra, que foi o nosso Governador do centenário do Paraná, quando eu ainda não havia nascido, vai o hospital geral do Estado, porque recebeu pintura desse Governo é um reparo no telhado, depois que o telhado caiu sobre a enfermaria dos doentes no isolamento em estado grave, vai este hospital mostrado na televisão como obra do Governador Álvaro Dias.

Peço licença à Assembléia para ler o que os jornais não publicam, pelo menos todos os jornais do Paraná, mas que foi publicado no Jornal "In Verbis", da Faculdade de Direito de Curitiba, escrito por um acadêmico do 3º ano. Escute Deputado Anibal Khury! Causou-me espanto e ao mesmo tempo indignação...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra o Deputado Rafael Greca, a Mesa pede aos Senhores Deputados e principalmente às laterais que ouçam com atenção o nobre Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente,

que me inscreva no horário da Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Inscreto.

O SR. RAFAEL GRECA - Chama-se o artigo "A Sala do Espanto", e foi escrito por um aluno do 3º ano da Faculdade de Direito, na edição do Jornal acadêmico que foi publicado ontem e que circula na Faculdade de Direito de Curitiba. Vejam só: "A Sala do Espanto. Causou-me espanto e ao mesmo tempo indignação quando dia destes ao assistir a programação de TV no horário nobre deparei-me com a veiculação por parte do Governo Álvaro Dias de um comercial, cujo objetivo era enaltecer a evolução e a qualidade do ensino público no atual mandato. Confesso que a surpresa se deu porque os figurantes da sala de aula que dizia-se ser de escola pública, pareceram-me muito contentes, muito bem nutridos, e o que é mais importante, excessivamente bem vestidos e com muito material escolar em cima da mesa. Desconfiei, refleti e não me enganei, os homens de mídia do governo usaram nada mais, nada menos do que as instalações do Colégio Positivo da classe média alta de Curitiba, e como se não bastasse filmaram o conhecido professor Scandelari em uma das salas de aula. Ao que me pareceu a propaganda ganhou bastante em qualidade, mas isso jamais encobrirá o seu caráter mentiroso e de promoção pessoal ao qual ela se dispos. Desmintam-me por favor, assina o jovem acadêmico de Direito Emerson Camargo.

Enquanto o Governo faz figuração para as câmeras de televisão faltam professores, faltam 15 mil carteiras no Estado, fracassa a merenda escolar, os prefeitos não estão assinando os convênios com o Estado pela falta, e começa a faltar professores conveniados como na cidade de Jacarezinho, como já deve ter informado o Deputado Setti. Enquanto o Governo faz figuração para a televisão os funcionários públicos do Estado ficam a dever, ficam a esperar do Governo a reposição salarial que lhe foi usurpada de 75% da inflação em janeiro, de 15% da inflação de fevereiro e ainda da inflação de março.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vai o tempo de crise, mas não pode o piloto do barco ao mesmo tempo em que demite quem atende os pequenos agricultores, ao mesmo tempo que deixa faltar carteira e escola, ao mesmo tempo que não repõe o poder de compra dos salários dos funcionários, ao mesmo tempo que só faz atender aos desmandos do Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano que enlouquecido quer se instalar no Palácio Iguaçu com sua política de arrasa quartelão; vai o tempo difícil, ain-

da mais porque o Governador do Estado ao invés de pilotar a nau do Estado pouisa para o retrato, para a câmera, para o vídeo. É preciso, o Paraná pede, o Brasil pede a idéia da reconstrução deste País acima de todos os Partidos, pedem, é preciso que se deixe de filmar o Colégio Positivo e se olhe a Escola de Malet, é preciso que se deixe de filmar o Colégio Positivo e se olhe a Escola de Jacarezinho, é preciso que se deixe de filmar o que ainda não foi feito contratando atores e se filme aquilo que precisa ser feito, aquilo que se pode fazer por esse grande Estado, pelo Paraná que amamos e que queremos acima da imagem de um homem, acima do espelho no qual o soberano se contempla, porque sabem, usa às vezes o Governador Álvaro Dias o espelho da televisão, como a rainha amada Branca de Neve usava o espelho no conto de fadas: "espelho, espelho meu, existe alguém melhor governante do que eu, mais belo, mais imposto do que eu"; e o espelho sempre respondia que não, e dormia a rainha feliz. Mas a tradição, a tradição popular condenou essa ilusão, é chegado o tempo, paranaenses, é chegado o tempo da verdade, se a verdade não se faz numa eleição, não se mostra numa ocasião, ao longo do processo político um dia ela triunfará.

Era isso!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa tem sido tolerante com os nossos visitantes. Até há pouco se comportavam dignamente, agora já começaram assobios e pronunciamentos não razoáveis. Eu peço à própria galeria que fiscalize aqueles que perturbam a ordem e os expulse daí.

Lideranças: PT.

Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. e Sras. funcionários públicos que aqui comparecem para testemunhar, para dar provas da situação verdadeira em que se encontra o serviço público e o Governo do Estado do Paraná.

Duas preocupações Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos trazem a esta tribuna neste dia: a 1.^a é a situação lamentável em que se encontram todos os servidores públicos do Estado do Paraná, que já decretaram e farão realizar amanhã uma paralisação de advertência ao seu patrão, que é o Governo do Estado do Paraná pela situação salarial difícil em que se encontram.

E quero dizer, Srs. Deputados, que há apenas um mês atrás, aqui neste Parlamento nos procuramos tomar as medidas devidas, para que não chegasse a esta situação. Quando se votou aqui neste Parlamento,

Mensagem Governamental estabelecendo a política salarial dos funcionários públicos do nosso Estado, para o ano de 1990, procuramos através de duas Emendas rejeitadas pela Bancada oficial, nós procuramos introduzir o pagamento quinzenal de salários e as reposições mês a mês.

Não fomos ouvidos, não fomos acatados, não fomos compreendidos, e, o resultado aí está: o Governador Álvaro Dias que no seu Ibope não conversou com os funcionários públicos do Estado do Paraná, está aí: pagou o salário de fevereiro com uma reposição de apenas 11% de uma inflação que foi quase 100%.

Não agüentam mais, têm que fazer greve, têm que protestar, porque nós neste Parlamento não tivemos a capacidade de compreender, e de compreender a necessidade dos servidores públicos, no mês seguinte.

Isto é triste, isto é lamentável.

Outra preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a preocupação trazida hoje muito bem por estes que estão nas nossas galerias. Inúmeras pessoas que foram chamadas, que foram convocadas, que prestaram teste, chamadas nos editais publicados nos jornais aqui do Paraná, nos jornais de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, e, que aqui vieram na confiança de S.Exa., o Sr. Governador, que tanto propagandeou pelo País, que teríamos aqui um dos maiores programas de desenvoltura social denominado "Paraná Rural".

Atenderam o pedido; prestaram teste e aqui estão. E hoje estão ouvindo de S.Exa., o Secretário de Agricultura, os informes que eles estão prestes, quando já não estão demitidos após um ano de convite, menos de um ano, para prestarem este serviço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a motivação suficiente já foi plenamente alegada aqui, e quero fazer minhas preocupações trazidas por outros Parlamentares, mas eu tenho uma a mais: quando nesta Tribuna este Parlamentar junto com alguns outros nós nos opusemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós aqui nos opusemos a uma lei autorizatória pelo qual nós autorizaríamos o Governo do Paraná a contratar seus servidores só em necessidade excepcional e temporária. O resultado aqui está, Srs. Deputados, quando nós alertávamos que nós tínhamos que adotar um único regime de contratação, efetivar os nossos funcionários públicos aonde eles teriam o seu direito assegurado, porque nós não confiamos e não poderíamos confiar na benevolência do nosso Poder Executivo. O resultado aqui está. Mais uma vez os servidores públicos que se engajaram corajosamente

nesses programas do Paraná Rural, aqui estão na eminência de acumularem um problema social indo para a fila do desemprego, para a fila dos sem salários, para a fila dos sem casa, para a fila dos sem-terra, para a fila dos necessitados do Paraná. Quem é o culpado? O Poder Executivo. E quem é o culpado? A Bancada governista que não teve a compreensão no momento oportuno e que deu a autorização, deu cheque em branco para o Palácio contratar e demitir a hora que bem entendesse. Sr. Presidente, Srs. Deputados, chamo a atenção neste momento porque os erros do passado nós temos que nos envolver para superá-los, mas principalmente eu quero que aqui fique marcado de que num futuro próximo nós não podemos mais repetir um erro do passado. Era isto, Sr. Presidente, era isto, Srs. Deputados.

Muito obrigado. (Palmas)...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Consulto a Liderança do PTN se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, eu quero encaminhar à Casa hoje um requerimento. Um Requerimento dirigido ao Procurador Geral do Estado, fazendo um apelo no sentido de que aquela Procuradoria proceda reexame da situação legal no lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU em Curitiba. A Justificativa é a seguinte, Sr. Presidente: O Procurador da Justiça está recebendo de nossa parte um Requerimento para que reexamine a cobrança dos valores do IPTU com base em BTNF. Cabe ao Ministério Público se pronunciar sobre a justiça e também sobre a ética de uma cobrança nesses termos. A Prefeitura de Curitiba no meu entendimento e no de milhares de contribuintes extrapola nos seus direitos ao efetivar uma moeda fictícia que é a BTN fiscal.

Ora, nós estamos a menos de dez dias da posse de um novo Governo para o país e a municipalidade aproveita para raspar o fundo do tacho numa atitude de esperteza financeira compatível apenas com aqueles que vivem da especulação, mas não condi-

zente com a sobriedade que deveria nortear um órgão público como é a Prefeitura de Curitiba. Enquanto de um lado esse procedimento da Prefeitura revolta os curitibanos, de outro o amadurismo causa transtornos e cerca a Prefeitura de um cordão de gente. Desde a semana passada as filas são imensas em torno do prédio da municipalidade, porque os talões de IPTU não chegaram às mãos do contribuinte.

O valor é alto. A cobrança é em BTNF. Mas o curitibano nem sabe ainda quanto deve. Os talões foram mandados fazer fora do Paraná. Não sei porque. Nós aqui temos excelentes impressoras; como a Impressora Paranaense, por exemplo. Mas os talões foram mandados fazer fora do Paraná. Não ficaram prontos a tempo. O correio não tinha o que distribuir. E a cidade inteira foi bater à porta da Prefeitura reclamando seu imposto. A cidade toda presenciou filas enormes, sob um sol inclemente, com pessoas que até sentiram-se mal, chegando ao desmaio naquelas filas, para saber quanto devem à Prefeitura. É uma situação insólita, em que o pagador vai à procura do seu débito. Nunca se viu isto na história de Curitiba. Só na gestão atual, na gestão Jaime Lerner.

É uma prova de que o contribuinte curitibano não merece ser tratado como cidadão de segunda classe. Aí reside o maior erro do Prefeito. O desagrado da população não se dirige à inabilidade política. A cobrança de até 5000% a mais do IPTU em relação ao ano passado. A ingenuidade das explicações que temos visto na televisão. Há poucos instantes via um Deputado ligado ao Sr. Jaime Lerner reclamar da mídia do Palácio Iguaçu. Entretanto estamos vendo, diariamente, um cidadão aparecer lá e dizer à população de Curitiba como se fossemos "um bando de idiotas" de que o preço do cimento está muito caro, por isto o imposto tem que subir 10.000%.

O Sr. Dirceu Manfrinato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Desde que seja breve, porque meu tempo é curto.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Serei breve.

Apenas para lembrar aos Srs. Deputados de que há poucos instantes o Deputado Rafael Greca, que foi Coordenador da Campanha do Sr. Jaime Lerner em Curitiba, criticava o atual Governador Álvaro Dias. É uma pena porque quem coordenou a campanha de Prefeito em Curitiba e que é Deputado pela sigla partidária de Prefeito, não vai defender os interesses da coletividade curitibana. Era só para lembrar.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Em relação à defesa do Governador Álvaro Dias frente à publicidade do Governo do Estado gostaria de lembrar um velho provérbio: "quem tem rabo de palha não senta perto do fogo". E hoje o Deputado Rafael Greca sentou perto do fogo com seu rabo de palha. Estamos vendo o Prefeito gastar dinheiro do contribuinte para explicar tolamente que teve que aumentar o imposto em 10000% porque o preço do cimento subiu. Isto é uma ingenuidade.

O cidadão curitibano está zangado com a desconsideração, com a incompetência, com a falta de programação: são cerca de 400000 lançamentos entre Imposto Territorial e Predial, o que significa 400000 curitibanos a sustentar, com suas contribuições, as obras da cidade. E a estes a Prefeitura penaliza com BTNFs. Pior. Nem diz quantas BTNFs são. O prazo para o pagamento parcelado é dia dez. Para pagamento total dia 15 deste mês. Até o dia 09, segundo editais da Prefeitura nos jornais da cidade, todos terão seu talões em mãos. Isto vai abarrotar de gente as agências bancárias no dia 12, que é o primeiro dia útil após o prazo fatal. Nada mais vai funcionar na cidade neste dia. A não ser a estrela do IPTU. A corrida vai ser geral. Porque até esta data a Prefeitura foi condescendente, fixou o BTNF de primeiro de março para as cobranças. Salta aos olhos uma verdade evidente, administrar a crise, e não existe maior crise do que a inflação, de bolso cheio, não é mérito, é obrigação. Os contribuintes de Curitiba terão o direito a exigir da prefeitura um serviço cinco estrelas, não esta porcaria que está aí na cidade hoje, não se encontra uma rua que não esteja esburacada. A população curitibana mandou rezar uma missa em ação de graças no dia em que o Requião deixou a prefeitura, agora já está com saudades de Requião. Porque o Jayme Lerner abandonou a cidade e isto leva efetivamente o povo a ficar com saudades de Requião.

Essa cobrança não será, por certo, uma parceria ao gosto do prefeito.

Isto vai obrigar o Sr. Jayme Lerner a perguntar quem nasceu antes a cidade ou o cidadão?

O que prefere o contribuinte curitibano: estar numa cidade com ares de primeiro mundo, a terceira melhor cidade para se habitar no planeta, ou ter a garantia de que pode conservar a propriedade que tanto lutou para conseguir e que é o sonho de qualquer chefe de família, ter o seu lar, e agora está na iminência, 25% da população curitibana está na iminência de ter que vender a sua casa própria por não poder pagar o imposto predial de Curitiba. Isto é uma insensibilidade humana, não política.

Quando a situação é de conflito o equilíbrio deve ser mantido. E é por isso que solicitamos à Procuradoria Geral do Estado que se pronuncie. Mandamos um requerimento e ontem interpelamos o Senhor Procurador Geral do Estado aqui nesta Casa para que se pronuncie, porque a convivência com o pânico é a melhor maneira de anular uma administração. E é porque desejo ao Prefeito Jayme Lerner, de coração, uma gestão tranqüila e eficaz que não estou me omitindo nesta hora.

A cidade passa, Prefeito Jayme Lerner, mas o cidadão e suas conquistas são eternas ao renovar as gerações.

Não é possível mais que assistamos, o Prefeito, por teimosia, manter o imposto que é expulsório, não é confiscatório, ele é expulsório da propriedade. Nós não podemos, como homens públicos sermos coniventes com esta barbaridade que está cometendo contra a população de Curitiba.

Ontem até um suicídio, repito o que disse na tribuna ontem, até suicídio já houve, porque o cidadão recebia do INPS NCz\$ 1.235,00 mensais, recebeu o IPTU NCz\$ 17.000,00 por ano, mais de mil cruzados por mês, com setenta e sete anos de idade, não viu outra perspectiva senão o suicídio. Ele se suicidou para não ser expulso de sua casa pelo Prefeito e pelos seus assessores.

Obrigado, Sr. Presidente pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PSDB com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra. Nobre representante do Sudoeste com a palavra, Deputado Caíto Quintana.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, quero mais uma vez reiterar a minha posição que tomei ontem nesta Casa em relação à situação do IPTU e quero dizer que recebo as críticas do Deputado Erondy Silvério, que sei são construtivas e a exemplo dele nós estamos preocupados com esta situação, razão pela qual nós ontem já pedimos a demissão do Secretário da Fazenda porque entendemos que quando os cálculos do IPTU lamentavelmente não ouviu o lado político da Prefeitura, especialmente do meu Partido. Razão pela qual estou tentando de qualquer maneira no sentido de que dê mais um prazo para o pagamento. Como bem disse o Deputado Erondy Silvério, a Prefeitura anuncia que entrega os carnês até sexta-feira, imaginem na segunda-feira as filas em bancos. Será mais um drama daqueles que se repetiram no fim de semana em Curitiba. E pela minha posição de coerência de maneira alguma estou avaliando as medidas que estão sendo to-

madras pela Prefeitura. Isto não quer dizer e deixo bem claro aqui à imprensa que esteja se iniciando uma ruptura entre o Vice-Prefeito e o Prefeito Jayme Lerner, a quem tenho uma profunda admiração e reconhecimento pela sua competência e sua honestidade.

Fica apenas a minha posição de coerência que não posso entender que os tecnocratas da Prefeitura possam colocar em choque uma liderança de um Prefeito, a liderança que tem também o Vice-Prefeito, o lado político do meu Partido, contra uma população sofrida diante dos desmandos em consequência do IPTU.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Antes de iniciar o assunto que me traz à tribuna, eu quero parabenizar o Deputado Algaci Túlio, o comportamento político do Deputado, nesse momento de pluralismo partidário que nós estamos vivendo e da responsabilidade do resgate da atuação parlamentar ou de Executivo, dentro dos limites que é a disponibilidade de um poder ou de um partido no poder, exige condutas difíceis como essa de V.Exa. na colocação que antecede, mas traz a grandeza de quem sabe que está no poder paga o ônus da condução da causa pública.

Eu vim à tribuna, porque tenho percebido sistematicamente nesta Casa, de alguns Parlamentares, o gosto pelo aplauso fácil, a falta de avalização dos critérios que estão sendo adotados nas mais variadas esferas do poder e a disponibilidade de se poder atender as necessidades de demanda de quem está gerenciando uma Prefeitura, de quem está gerenciando um Estado, de quem está gerenciando uma Nação. E a falta de uma análise mais profunda inclusive, do componente a administração, que é o componente responsável pela escola, pela saúde, pela estrada, pela segurança, pelo funcionalismo público, e por todos os outros fatores, que compõem a vida de um Estado, de um Município de uma Nação.

Ora Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, dias atrás votamos nessa Casa, uma Lei salarial ao funcionário público do Paraná, que não é perfeita, que não é a melhor, mas a Lei que determina que vinte e cinco por cento em cada mês, seja repassado para o salário e que no terceiro mês do trimestre se pague o IPC integral. É uma Lei, não é a boa, porque não haverá Lei boa, para funcionário Civil ou Público, nenhum País com inflação de 70, 80% ao mês, a não ser que tivéssemos o reajuste

salarial diário, se não de qualquer forma o trabalhador estará perdendo.

Agora do outro lado da medalha, existe a necessidade da disponibilidade de se poder pagar ou de se transformar o País, o Estado ou o Município, como agente arrecadador do trabalho, desde o agricultor, do industrial, do comercial, do lavador de carro, do engraxate, do mendigo, que compra um pedaço de pão e paga ICM, para que isso tudo se transforme como gasto exclusivo para manutenção da máquina administrativa de um Estado.

Discurso é fácil, me permita Deputado Pedro Tonelli, uma lembrança, quando votávamos na Assembléia a Lei salarial do funcionário Público do Estado do Paraná, os funcionários da saúde do município de São Paulo estavam em greve, e estavam em greve pedindo equiparação salarial com os funcionários do Inamps, que estão em greve constantemente por julgarem os seus salários defasados.

Eu venho aqui criticar a Prefeitura de Luiza Erundina? Não, eu não conheço a disponibilidade de caixa daquela Prefeitura para gastar todos os recursos com o funcionalismo público.

Mas, o meu gabinete fica no sétimo andar do lado de lá dessa Assembléia, e tenho visto, sistematicamente, os funcionários da Prefeitura Municipal de Curitiba, fazendo um verdadeiro cinturão sobre a quadra onde está construída a Prefeitura, pleiteando melhores salários aos funcionários públicos municipais desse poder. E, como posso esperar que o Deputado que é o homem que conversa todo o dia, com o Prefeito Jayme Lerner, suba descaradamente à Tribuna desta Casa, com palavras agressivas, a um Governo que não consegue dar, nesta inflação louca que estamos vivendo, o reajuste que o funcionário merece, mas esquece que o seu funcionário, da esfera municipal, também não está recebendo! O que precisa esta Assembléia fazer, já que estamos vivendo pluralismo partidário, é saber que todos nós, independente de Partido, hoje ou temos Prefeitos ou temos Governadores, e temos responsabilidade por cobrarmos dos outros pelo menos aquilo que nós fizemos! E não tenho ilusão: o Governo que aí está para assumir tem como compromisso o enxugamento da máquina administrativa do nosso País, que é uma cobrança da população brasileira. E isso não vai se fazer sem a revolta daqueles que eventualmente possam ser até demitidos do serviço público! O que o Brasil não pode, nem no município, nem no Estado e nem da Nação, é cobrar do trabalhador brasileiro a geração do imposto, e gastar este imposto exclusivamente para a manutenção da sua folha de pagamento, porque se isto fosse iniciativa privada, qualquer firma que não vende e

não lucra para pagar o funcionário, esta firma está falida! E é neste beira de falência que nos leva o sistema brasileiro, com uma inflação de 90% ao mês, que corrói o salário de cada um!

O nosso compromisso, de continuar lutando, para que haja o menos de perda ao servidor público, mas o nosso repúdio à acusação fácil daqueles que jogam pedra, sem arrumar primeiro a sua casa!

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Pela Ordem)

- É só para informar à história e à Assembléia o que os jornais dizem hoje e o Deputado Caíto Quintana não leu.

O Prefeito Jayme Lerner autorizou uma reposição salarial antecipada da inflação deste mês, de 78,18% para os funcionários públicos municipais. Era isso.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem), Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para justificar que em momento algum falei que não foi dado aumento...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai conceder a palavra, pela ordem, ao companheiro Deputado Pedro Tonelli, seu companheiro de região.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - A bem da verdade, eu gostaria de deixar registrada a dúvida que ficou quanto ao belo pronunciamento do Deputado Caíto Quintana. Ele citou a Prefeitura de São Paulo e eu queria dizer que oxalá os funcionários do Paraná pudessem ter uma política salarial como a Prefeitura de São Paulo, onde as reposições são feitas de acordo com a política anunciada pelo DIEESE, e que tiveram em um ano, 70% de aumento acima da inflação oficial.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, apenas para contestar a colocação do Deputado Rafael Greca, que não poderia ser diferente, que eu em instante nenhum falei que não tivesse sido dado aumento. Eu falei que a quadra da Prefeitura foi um cinturão constante de greve de servidor, pedindo aumento. Talvez os 70% que tenham sido dado hoje, tenha sido graças ao sacrifício de Curitiba inteira, neste IPTU absurdo que a Prefeitura lançou, e tenha sobrado caixa para aumentar o seu servidor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, no Horário das Lideranças, o Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Senhor Presiden-

te, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas; eu não poderia neste momento oportuno, deixar de registrar, nesta Casa, também a preocupação da Bancada do PFL com relação ao que está acontecendo com o Paraná rural. O seu corpo técnico, preocupado e desajustado, naturalmente, desempregado, sofrendo as dificuldades que todos os desempregados sofrem atualmente, principalmente no momento em que a inflação sucumbe a Nação brasileira criando sérias dificuldades para todas as classes sociais.

Quero registrar em nome da minha bancada a nossa preocupação, nossa solidariedade com o corpo técnico do Paraná Rural que luta para que o seu sonho de técnico seja realizado no campo profissional. E, naturalmente, indo de encontro com a preocupação de todos os seguidores e servidores e produtores na agricultura do Paraná.

Agricultura do Paraná que não é diferente de toda a agricultura brasileira sofre as duras penas de uma inflação que mata o agricultor, sufoca achatando os preços dos produtos agrícolas e elevando absurdamente os preços dos insumos gerando uma incapacidade de poder continuar produzindo. E a ausência de um programa proposto pelo Governador Álvaro Dias de dar continuidade, um programa tão importante como o Paraná Rural, que gerou uma expectativa extraordinária em todo o meio rural do Paraná vindo no presente momento a frustração ou a prorrogação do desenvolvimento desse programa causa realmente espanto à agricultura e ao seu corpo técnico que se preparou para servir nesse campo.

Como parlamentar desenvolvendo atividade na agricultura; como parlamentar participando da preocupação desta Casa com o povo do Paraná o bem-estar e desenvolvimento desse Estado nós registramos a nossa preocupação o nosso empenho para que o Governo do Estado se empenhe na solução deste problema cruciante no meio rural paranaense.

Gostaria também em nome da bancada do PFL deixar a nossa palavra de apoio, de empenho aos técnicos do BRDE, os seus servidores que lutaram incansavelmente visitando os gabinetes implorando, podemos dizer assim, aos Deputados para que lutassem, para que fosse suspensa a liquidação desta importante instituição para nossa Região Sul. E graças ao empenho de todos nós não faltou em momento nenhum a bancada do PFL o apoio na luta para que fossem restabelecidas as atividades desta instituição.

E o Governo do Estado nos momentos em que procuramos o Senhor Governador Álvaro Dias tivemos o apoio dele, a luta incansável para que fosse restabelecido este banco de fomento para o desenvolvimento da

Região Sul.

Uma decisão do Governo Federal, de mais uma vez demonstrando a sua incompetência de governar este país fechou os olhos perante um problema tão insignificante, acredito eu, com relação a tantos problemas sérios que afligem a Nação brasileira, o problema de falta de caixa do BRDE, criando uma situação de desalento para os servidores deste banco de fomento e criando também uma grande preocupação para nós da Região Sul vendo findar, encerrar as atividades do Banco do Desenvolvimento da nossa região e sendo mantidos tantos outros em outras regiões do país.

É necessário que todos nós lutemos para que este banco volte como está voltando agora com a suspensão da sua liquidação, volte para as suas atividades. Naturalmente proporcionando o desenvolvimento que o Estado do Paraná precisa. E para isso nós manifestamos nosso apoio decisivo. Continuamos dando nosso apoio para que esta instituição seja forte e proporcione o desenvolvimento em todo Sul do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. À Comissão Executiva.

Projetos de Lei em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Namiir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, com apoio do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 10/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 403/89. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 10/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (Of. nº 112), que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL

DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de PONTAL DO PARANÁ, com território desmembrado do município de Paranaguá e divisas que especifica.

Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas aditivas de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur e Algaci Túlio, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 403/89

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. - As Ilhas do Mel, da Galheta e das Palmas pertencerão ao território do município de Pontal do Paraná."

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Tadeu Lúcio Machado.

Hermas Brandão.

Algaci Túlio.

Erondy Silvério.

Lauro Lobo Alcantara.

Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por escopo solucionar os mesmos problemas que deram origem ao projeto de criação do Município, pois, também, deixadas à margem das atenções, as ilhas, que se pretende incluir ao território do município de Pontal do Paraná, são atingidas pela deficiência de ordem política.

Assim, até mesmo por fatores geográficos, justifica-se a inclusão das ilhas ao território do futuro Município.

Portanto, seguindo as mesmas motivações que levaram a proposta de criação do Município é que se apresenta esta emenda.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 403/90

Inclua-se onde couber:

"Pertence ao território do município de Pontal do Paraná, a Ilha dos Currais."

Sala das Sessões, em 06.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: Renato Adur.

Orlando Pessuti.

Antônio Costenaro Neto.

Paulo Furiatti.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emendas - Aprovadas.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO: do Projeto de Resolução n° 97/89 (Mensagem n° 115/89 ex-Proposição n° 88/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que ratifica o convênio já celebrado, por motivo de urgência, em 31 de novembro próximo passado, entre o Estado do Paraná, através da Fundação de Esporte e Turismo e a Confederação Brasileira de Volley Ball, objetivando a realização do I Campeonato de Volley Ball da Juventude Feminina, em Curitiba. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 15/90, de autoria dos Deputados ANIBAL KHURY e HERMAS BRANDÃO, que cria o Quadro Próprio dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 52/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 11/90) que dá nova redação à Lei n° 7.047, de 21 de novembro de 1.978 (Lei de Fixação do Efetivo da Polícia Militar do Estado), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA, por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 98/89 (ex-Projeto de Lei n° 05/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Umuarama, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de PEROBAL. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 114/89, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de utilidade pública o MINISTÉRIO EVANGÉLICO PRÓ-VIDA - MEPROVI, com sede em Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 391, de 21.05.89.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 114/89

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Deputado Homero Oguido, objetiva seja declarada de utilidade pública, o "Ministério Evangélico Pró-Vida - MEPROVI", com sede e foro na cidade de Londrina - Paraná.

Analisado sob o crivo da Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, específica à matéria, observa-se que o projeto atende plenamente às suas exigências, estando, conseqüentemente, devidamente instruído.

Eis que, por essas razões, o parecer

lhe é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR
Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 68/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, dispõe que os proprietários e responsáveis por estabelecimentos de hospedagem a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas comerciais, perante o órgão policial competente. (Publ no D.A. n° 04, de 01.03.90).

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 068/90

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, o presente plano de lei dispõe que os proprietários e responsáveis por estabelecimentos de hospedagem, a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas comerciais, perante o órgão policial competente.

Esta Comissão Geral chamada a opinar, entendeu que a presente medida tem por intenção atualizar a legislação pertinente ao assunto, ou seja, a Lei n° 6.416, de 03 de julho de 1973, permitindo aos comerciantes do setor um melhor gerenciamento de seus estabelecimentos, desburocratizando, agilizando e facilitando a fiscalização dos mesmos. Em outra análise, vimos que o referido Projeto de Lei não fere o Princípio Bi-tributação, já que não cria novos tributos aos já existentes, apenas, trata da aplicação de taxas, tais como, contra-prestações, alvarás, etc...

Com aplicação do presente Plano de Lei haverá maior agilização da fiscalização dos estabelecimentos de hospedagem, melhorando, assim, o funcionamento e o controle destes, regulamentando a atividade comercial como a fiscalizatória e policial.

Nestas condições, pelo acima exposto, somos pelo Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 068/90.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
BASÍLIO ZANUSSO
Relator

Em votação o Parecer e o Projeto. **Aprovados.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 213, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** A Dire-

toria Legislativa.

Requerimento de n° 209, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 217, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 218, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 219, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 230, de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 215, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 216, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 207, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 208, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 210, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 214, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Encaminhe-se por via Administrativa através do Setor de Expedição.**

Requerimentos de n° 223, 224, 225, 226, de autoria do Senhor Deputado Nanir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 227, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Encaminhe-se por via administrativa através do Setor de Expedição.**

Requerimento de n° 228, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 231, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 205/89, 10/90, 15/90 e 52/90;
e do Projeto de Resolução n° 98/89.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 114/89 e 68/90.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 74/90.

Marca ainda, para logo após, uma Sessão Extraordinária, para a Discussão Única da Proposição n° 01/90.

Levanta-se a sessão.